

---

# ***Dona Francisca Energética S.A.***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016  
e relatório do auditor independente***



Dona Francisca Energética S.A.

## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Acionistas  
Dona Francisca Energética S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Dona Francisca Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Dona Francisca Energética S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalva**

---

#### **Créditos tributários**

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia mantinha registrado no ativo não circulante créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no montante de R\$ 7.742 mil, oriundos, principalmente, da aquisição de bens para o ativo imobilizado durante o período de construção de sua usina hidrelétrica, os quais deveriam ter sido incorporados ao custo de aquisição dos ativos. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou a capitalização desses créditos na rubrica "ativo imobilizado" e apurou a depreciação acumulada desde o período de início da operação da usina, a qual foi integralmente registrada contabilmente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Como consequência, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentado para fins de comparabilidade, está apresentado a menor em R\$ 3.305 mil (R\$ 2.181 mil, líquido dos efeitos tributários).

#### **Baixa de recebíveis e reversão de provisão para obrigações a liquidar**

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contabilizou perda de valores registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 33.633 mil, referente a saldos a receber de agentes e de reembolso a receber de energia livre comercializada nos anos de 2001 e 2002, os quais deveriam ter sido objeto de baixa em períodos anteriores ao exercício de 2015. A Companhia possuía também provisão para obrigações a liquidar no montante de R\$179.067 mil (R\$118.184 mil líquido dos tributos diferidos) que deveria ter sido revertida para o resultado de períodos anteriores ao exercício de 2015. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentado para fins de comparabilidade, está a maior em R\$ 84.552 mil, líquidos de impostos.



Dona Francisca Energética S.A.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

Dona Francisca Energética S.A.

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

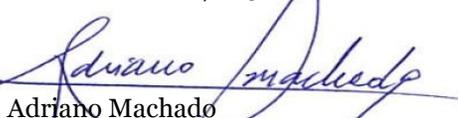
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS



Adriano Machado  
Contador CRC 1PRO42584/O-7 "S" RS

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		5	7
Aplicações financeiras			
Títulos para negociação	3	12.320	10.319
Contas a receber de clientes partes relacionadas	4	6.233	5.662
Créditos tributários	5	499	455
Adiantamento a fornecedores	6	-	2.850
Outros ativos circulantes		254	190
Total do ativo circulante		19.311	19.483
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	169
Imobilizado	8	132.252	136.390
Total do ativo não circulante		132.252	136.559
Total do ativo		151.563	156.042

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Passivo circulante			
Fornecedores		1.439	633
Obrigações trabalhistas		217	430
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7	809	8.074
Impostos e contribuições a recolher		346	587
Outros passivos circulantes		<u>2.495</u>	<u>2.407</u>
Total do passivo circulante		<u>5.306</u>	<u>12.131</u>
Passivo não circulante			
Provisão para passivos regulatórios e cíveis	12	591	497
Programa de pesquisa e desenvolvimento	13	3.390	2.798
Outros passivos não circulantes		<u>-</u>	<u>652</u>
Total do passivo não circulante		<u>3.981</u>	<u>3.947</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	9	67.200	67.200
Reserva de lucros	9	<u>75.076</u>	<u>72.764</u>
		<u>142.276</u>	<u>139.964</u>
Total do patrimônio líquido e passivo		<u><u>151.563</u></u>	<u><u>156.042</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação apresentado em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Receita líquida</b>	14	70.208	66.416
Custo de operação	15	<u>(33.826)</u>	<u>(28.608)</u>
<b>Lucro bruto</b>		36.382	37.808
<b>(Despesas) Receitas operacionais</b>			
Despesas administrativas	15	(857)	(1.182)
Outras receitas (despesas) operacionais	15	<u>609</u>	<u>144.978</u>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		36.134	181.604
Resultado financeiro	17		
Despesas financeiras		(390)	(472)
Receitas financeiras		1.843	5.080
Variação monetária e cambial, líquida.		<u>-</u>	<u>(90)</u>
<b>Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		37.587	186.122
Imposto de renda e contribuição social	7		
Corrente		(3.106)	(11.766)
Diferido		<u>(169)</u>	<u>(60.850)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>34.312</u>	<u>113.506</u>
<b>Ações em circulação no final do exercício</b>		<u>666.000.000</u>	<u>666.000.000</u>
<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>	10	<u>0,052</u>	<u>0,170</u>

*A Companhia não possui itens de outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados e, portanto, não apresenta a demonstração do resultado abrangente.*

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de Lucros</b>		<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
		<b>Reserva Legal</b>	<b>Reserva de Lucros</b>		
Em 31 de dezembro de 2014	67.200	11.014	37.672	-	115.886
Lucro líquido do exercício	-	-	-	113.506	113.506
Dividendos pagos do exercício 2014	-	-	(37.672)	-	(37.672)
Destinações propostas à Assembleia:					
Reserva Legal	-	2.426	-	(2.426)	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	(51.756)	(51.756)
Reserva de Lucros	-	-	59.324	(59.324)	-
Em 31 de dezembro de 2015	67.200	13.440	59.324	-	139.964
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.312	34.312
Dividendos adicionais pagos do exercício 2015	-	-	(32.000)	-	(32.000)
Destinações propostas à Assembleia:					
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	34.312	(34.312)	-
Em 31 de dezembro de 2016	67.200	13.440	61.636	-	142.276

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	34.312	113.506
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	4.803	8.234
Baixa de imobilizado	650	-
Variação monetária e cambial, líquido	-	90
Provisão para passivos cíveis	94	97
Receita de juros de aplicações financeiras	(1.825)	(5.075)
Imposto de renda e contribuição social	3.106	72.616
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	-	107
Reversão de IR e CS diferidos	169	-
Reversão de provisão de passivos regulatórios CCEE	-	(179.067)
Reversão contas a receber CCEE	-	33.633
	<u>41.309</u>	<u>44.141</u>
<b>Variação de ativos e passivos</b>		
Diminuição (aumento) de contas a receber de clientes	(571)	876
Aumento (diminuição) de fornecedores	806	48
Diminuição (aumento) de outros ativos	2.821	(3.167)
Aumento (diminuição) de outros passivos	(1.259)	660
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>43.106</b>	<b>42.558</b>
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-	(120)
Pagamento imposto de renda e contribuição social	(9.968)	(17.675)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>33.138</b>	<b>24.763</b>
Resgate de aplicação financeira, líquido	175	69.701
Adições de imobilizado	(1.315)	(683)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.140)</b>	<b>69.018</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(32.000)	(88.639)
Pagamentos de financiamentos	-	(5.149)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(32.000)</b>	<b>(93.788)</b>
<b>Variação no saldo de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(2)</b>	<b>(7)</b>
Saldo de caixa e equivalente de caixa		
no início do exercício	7	14
no final do exercício	5	7

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e local principal de negócios em Agudo, Rio Grande do Sul, Brasil, que tem como objetivo: (a) construir e operar a Usina Hidrelétrica Dona Francisca através da formação de um consorcio para exploração do contrato de concessão 188/98 emitido pela ANEEL; (b) explorar o potencial energético da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, inclusive para gerar e comercializar a correspondente energia elétrica; (c) prestar serviços de assistência técnica no campo de suas atividades; e (d) participar de outras sociedades como sócia ou acionista, desde que estas sociedades estejam de alguma forma ligadas à construção e/ou exploração da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, ou para fins fiscais conforme estabelecido na legislação aplicável, ou ainda como investimento temporário na administração de recursos financeiros da própria sociedade.

A Dona Francisca Energética S.A. foi constituída em 28 de agosto de 1998, a Usina entrou em operação em 5 de fevereiro de 2001. O prazo de concessão é de 35 anos a partir de 1998. A Usina está localizada entre os Municípios de Agudo e Nova Palma, no Estado do Rio Grande do Sul, possuindo as seguintes características (informações não auditadas):

Localização:	Rio Jacuí
Capacidade instalada:	125 MW
Energia assegurada:	78 MW
Unidades geradoras:	2
Início da construção:	Agosto de 1998
Entrada em operação:	Fevereiro de 2001
Última unidade a entrar em operação:	Abril de 2001

O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo do Contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes à exploração de energia elétrica.

A formação do consórcio para implantação e exploração da UHE Dona Francisca é regada pelo contrato CEEE/9702955 de março de 1997, entre outras atribuições define que a CEEE, participante do consorcio em conjunto com a DFESA será a representante legal perante a ANEEL. A CEEE também se compromete a entregar a cota de energia a DFESA, sem ônus ou bônus relativo ao balanço energético mensal da Usina. A DFESA tem direito a 90% da cota de energia constante no referido contrato até 2021, após a cota passa a ser de 85%. Caso ocorra a declaração de caducidade da concessão, o Poder Concedente indenizará os investimentos realizados pela Concessionária durante a vigência do Contrato, ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido

## DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

aprovados, deduzidos os valores das penalidades e dos danos porventura decorrentes do fato motivador da caducidade.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. foram autorizadas pela Administração em 03 de março de 2017.

### **Resumo das principais práticas contábeis**

#### **(a) Base de elaboração**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros da Companhia, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2016.

#### **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### **(c) Conversão dos saldos em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

**(d) Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

**(e) Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são representadas por títulos para negociação, uma vez que o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**(f) Contas a receber de clientes**

Os saldos de contas a receber de clientes incluem os valores faturados referentes à energia fornecida exclusivamente para os sócios da Concessionária, respeitando os percentuais de participação de cada empresa e os valores definidos em contrato.

**(g) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade. A depreciação é calculada pelo método linear as taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens, definidas pela ANEEL.

Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos o valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, segundo interpretação da administração. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia, amparada por opinião de seus assessores legais, entende que possui o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis ao final do prazo de

concessão. Eventuais alterações na legislação pertinente serão acompanhadas e analisadas para avaliação de seus eventuais impactos, se algum, sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**(h) Redução ao valor recuperável de ativos**

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontado (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período.

Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A administração não identificou *impairment* durante o exercício.

**(i) Direitos e obrigações**

Atualizados nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

**(j) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e contribuição social, corrente, são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre a Receita Operacional Bruta. A empresa adota o regime de Lucro Presumido em 2016.

**(k) Apuração do resultado do exercício**

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. Não existem outros resultados abrangentes no exercício.

**(l) Provisão para passivos regulatórios e cíveis**

A Companhia é parte envolvida em processos regulatórios e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa, quanto na judicial. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses

## DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

processos são estimadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos, conforme demonstrado na Nota 12.

#### **(m) Uso de estimativas**

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis e do valor residual do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas. As principais estimativas realizadas pela administração referem-se à provisão para passivos regulatórios e cíveis (Nota 12), efeitos tributários e cíveis (Nota 7) e definição da vida útil do imobilizado (Nota 8).

#### **(n) Ativos financeiro**

##### Classificação e mensuração

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

##### Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem “Contas a receber de clientes partes relacionadas” e “Outras contas a receber”. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

## DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### **(o) Provisão para passivos regulatórios**

De acordo com o Despacho N°. 632 de 10 de outubro de 2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Companhia tem suas operações restritas ao submercado Sul, contrariando a Resolução N°. 431/2001 dessa mesma agência. Tendo em vista que, anteriormente à data do referido Despacho, parte de suas operações foi realizada nos demais submercados, a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - determinou que a Companhia deve arcar com o montante de R\$ 179.067 referente ao custo da energia adquirida de terceiros para comercialização. A Companhia questiona judicialmente a validade do Despacho N°. 632 e obteve uma liminar judicial em 19 de novembro de 2002 favorável ao seu entendimento. Considerando os fatos ocorridos em relação à ação os assessores legais da Companhia avaliam como sendo possível a probabilidade de perda para a Dona Francisca.

Em 2016, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou o recurso de apelação que fora interposto pela Companhia contra a sentença que julgou improcedente a causa, tendo sido dado provimento ao referido recurso para reformar a sentença e julgar procedente o pedido da Companhia de ver declarado ineficaz o Despacho 632/2002 da ANEEL, além de declarar inexistente o débito lançado pela CCEE. Com base nesse mais recente julgamento e tendo em vista se tratar de decisão de 2ª instância os assessores legais da Companhia avaliam que a probabilidade de perda nessa ação passa a ser remota.

Em 2015 a Companhia realizou a reversão do valor de R\$ 179.067 provisionado inicialmente, por se tratar de uma causa possível.

Com a reversão da provisão dos passivos regulatórios, foram somados à conta de impostos diferidos no resultado o valor de R\$ 60.882, referente ao IRPJ e CSLL diferidos oriundos daquela provisão, sendo o valor líquido reconhecido de R\$ 118.185 na rubrica outras receitas operacionais.

### **3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Renda fixa - Fundo Paraopeba	12.320	10.319
	<u>12.320</u>	<u>10.319</u>

As aplicações financeiras estão representadas por cotas do Fundo Paraopeba (exclusivo para as empresas administradas pela Gerdau). O Fundo é classificado como “Renda Fixa”, composto por papéis a preços e taxas de mercado, e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das Demonstrações Financeiras, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. A Companhia não possui montantes de caixa ou equivalentes de caixa restritos para os exercícios apresentados.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**4. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia realiza operações de venda e compra de energia elétrica, com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

	<b>2016</b>			
	<u>Compras</u>	<u>Vendas</u>	<u>Outras receitas (despesas)</u>	<u>Contas a receber (a pagar)</u>
COPEL Geração e Transmissão S.A.		16.949		1.436
Statkraft Energias Renováveis S.A.		1.561		132
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC		16.949		1.436
Empresas do Grupo Gerdau:				
Gerdau S.A		38.136		3.229
Gerdau Aços Longos S.A	-		(277)	(23)
Gerdau Previdência Privada			(25)	-
Total partes relacionadas	<u>-</u>	<u>73.595</u>	<u>(302)</u>	<u>6.210</u>

	<b>2015</b>			
	<u>Compras</u>	<u>Vendas</u>	<u>Outras receitas (despesas)</u>	<u>Contas a receber (a pagar)</u>
COPEL Geração e Transmissão S.A.		30.556		1.304
Statkraft Energias Renováveis S.A.		1.065		120
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC		11.566		1.304
Empresas do Grupo Gerdau:				
Gerdau S.A		29.558		2.934
Gerdau Aços Longos S.A	3.114		(297)	(26)
Gerdau Previdência Privada			(36)	
Total partes relacionadas	<u>3.114</u>	<u>72.745</u>	<u>(333)</u>	<u>5.636</u>

## DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em abril de 2015 a Companhia através de novos contratos decidiu vender toda a sua energia assegurada para os sócios conforme sua participação societária. As condições de compras e vendas de energia são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes, previstas em contrato.

#### 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante:		
Crédito PIS	89	81
Crédito COFINS	410	374
Total dos impostos a recuperar – Circulante	<u>499</u>	<u>455</u>

#### 6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Em Julho de 2015, foi firmado contrato para obra de recuperação da Margem esquerda e Bacia de dissipação da UHE da Dona Francisca Energética S.A., para tanto, foi realizado adiantamento no valor de R\$ 2.850 previsto em cláusula contratual. O início da obra deu-se no ano de 2016 onde ocorreram desembolsos e o adiantamento que foi dado no ano de 2015 foi totalmente liquidado em 2016.

#### 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

##### **Apresentação dos ajustes do imposto de renda e da contribuição social no resultado:**

Com base nos resultados da receita bruta de 2015 a companhia decidiu optar pelo lucro presumido no ano de 2016 visto que o limite da receita bruta de R\$ 78.000 foi respeitado.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

<b>IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>2016</b>
Receita Bruta de Vendas	73.596
Redutor (IR)	8%
Base de cálculo IR- Lucro Presumido	<b>5.888</b>
Alíquota IR	15%
<b>IR sobre venda</b>	<b>883</b>
Base de cálculo do adicional	<b>5.648</b>
Alíquota IR	10%
<b>IR sobre venda</b>	<b>565</b>
<b>Acréscimos à base de cálculo</b>	<b>2.538</b>
- Rendimento Aplicação Financeira	1.825
- Receita Juros SELIC	43
- Juros recebidos MAE/CCEE	4
- Outras receitas operacionais	652
- Superavit plano de previdência	14
Alíquota IR	25%
<b>IR sobre receita financeira</b>	<b>635</b>
<b>Imposto de Renda devido 2016</b>	<b>2.083</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>2016</b>
Receita Bruta de Vendas	73.596
Redutor (CS)	12%
Base de cálculo CS- Receita bruta de vendas	<b>8.832</b>
Alíquota CS	9%
<b>Contribuição Social sobre receita de venda</b>	<b>795</b>
<b>Acréscimos à base de cálculo</b>	<b>2.538</b>
- Rendimento Aplicação Financeira	1.825
- Receita Juros SELIC	43
- Juros recebidos MAE/CCEE	4
- Superavit plano de previdência	14
- Outras receitas operacionais	652
Alíquota CS	9%
<b>Contribuição Social sobre receita financeira</b>	<b>228</b>
<b>Contribuição Social devida 2016</b>	<b>1.023</b>

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

	<u>2016</u>
Provisão Imposto de Renda	2.083
Provisão Contribuição Social	1.023
Total provisão IR/CS	<u>3.106</u>

**A empresa no ano de 2015 adotava o regime de Lucro Real.**

	<u>2015</u>		
Conciliação da alíquota efetiva dos tributos	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	186.122	186.122	186.122
Alíquotas nominais	25%	9%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(46.531)	(16.751)	(63.282)
Ajustes dos impostos referente a diferenças permanentes líquidas:			
- doações/patrocínios incentivados	384	-	384
- juros sobre capital próprio	1.315	473	1.788
- outros	(8.468)	(3.038)	(11.506)
	<u>(53.300)</u>	<u>(19.316)</u>	<u>(72.616)</u>
Corrente	(8.558)	(3.208)	(11.766)
Diferido	(44.742)	(16.108)	(60.850)

A alíquota efetiva de imposto de renda e da contribuição social em 2015 é de 39,02%

A Companhia usufruiu de deduções incentivadas no valor de R\$ 384 em 2015 (R\$ 801 em 2014) referentes a doações e patrocínios incentivados considerados como dedução no imposto de renda. Tais doações e patrocínios são relativos aos fundos dos direitos da criança e do adolescente, fundo nacional do idoso e operações de caráter cultural e artístico.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. IMOBILIZADO**

	<u>Terrenos</u>	<u>Máquinas, equipamentos e instalações.</u>	<u>Equipamentos eletrônicos de dados</u>	<u>Imobilizações em andamento</u>	<u>Meio Ambiente</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2015							
Custo total	17.589	178.594	39	504	2.323	141	199.190
Depreciação acumulada		(62.843)	(19)			(129)	(62.991)
Saldo líquido	<u>17.589</u>	<u>115.751</u>	<u>20</u>	<u>504</u>	<u>2.323</u>	<u>12</u>	<u>136.199</u>
Adições		201	-		-	482	683
Ajuste complemento bem		(7.742)	-				(7.742)
Depreciações		(8.225)	(1)			(8)	(8.234)
Saldos em 31/12/2015	<u>17.589</u>	<u>115.469</u>	<u>19</u>	<u>504</u>	<u>2.323</u>	<u>486</u>	<u>136.390</u>
Custo total	17.589	186.537	39	504	2.323	623	207.615
Depreciação acumulada		(71.068)	(19)			(137)	(71.225)
Em 1º de janeiro de 2016	<u>17.589</u>	<u>115.469</u>	<u>19</u>	<u>504</u>	<u>2.323</u>	<u>486</u>	<u>136.390</u>
Adições	-	314	-	-	-	1.001	1.315
Baixas realizadas			-	(504)		(146)	(650)
Depreciações		(4.801)	-	-		(2)	(4.803)
Saldo em 31/12/2016	<u>17.589</u>	<u>110.982</u>	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>2.323</u>	<u>1.339</u>	<u>132.252</u>
Custo total	17.589	183.131	39	-	2.323	1.417	204.499
Depreciação acumulada		(72.149)	(20)			(78)	(72.247)
Valor residual	<u>17.589</u>	<u>110.982</u>	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>2.323</u>	<u>1.339</u>	<u>132.252</u>
Taxas anuais de depreciação (%)	-	2 a 5,8	16,67	-	-	6,25 a 14,29	

## DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Conforme Orientação OCPC 05 - Contrato de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide de Lei Nº. 10.848/04 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo de concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo de concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo de concessão. O mesmo tratamento contábil deve ser analisado para os contratos de concessão (uso do bem público) assinados entre 1995 a 2004, sob a égide do Decreto Nº. 2003, art.20.

A administração da Companhia analisou os efeitos desta Orientação e constatou juntamente com sua assessoria jurídica que a Companhia tem direito à indenização no final do prazo de concessão, desta forma decidiram por continuar adotando as taxas de depreciação de acordo com as estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e não pelo prazo de concessão.

#### (a) Ajustes de depreciação

	<u>2015</u>
Depreciação do período	4.929
Ajustes de depreciação	<u>3.305</u>
Depreciação – conforme DRE	<u>8.234</u>

Em 2015, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 7.742 referente a ICMS sobre aquisições de imobilizado e contabilizou a respectiva depreciação acumulada no valor de R\$ 3.305 no resultado do período.

Em 2016 não houve nenhum ajuste de depreciação.

## 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital autorizado e subscrito

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$ 67.200 representado por 666.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, cuja composição é demonstrada a seguir:

	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	153.381.798	23,03
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	153.381.798	23,03
Gerdau S.A.	345.109.212	51,82
Statkraft Energias Renováveis S.A.	<u>14.127.192</u>	<u>2,12</u>
	<u>666.000.000</u>	<u>100,00</u>

## DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### **Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, mas não poderá ser usada para fins de dividendos. A Companhia já atingiu os 20% do capital social realizado.

#### **Reserva de lucros**

O saldo de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 61.636, onde R\$ 34.312 compete ao ano de 2016 e R\$ 27.324 correspondente aos lucros acumulados remanescentes do ano de 2015, à disposição da Assembleia Geral Ordinária que, segundo disposições contidas nos incisos 1 e 2 do art. 132 da Lei no. 6.404/76 deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia e a destinação desses lucros acumulados e do resultado do exercício. A administração proporá à Assembleia a destinação deste valor.

#### **Dividendos e juros sobre capital próprio**

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado pela destinação da reserva legal.

A Companhia efetuou no exercício de 2015, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº. 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. O benefício fiscal referente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício de 2015 foi de R\$ 1.788. O montante de juros sobre o capital próprio no exercício de 2015 foi de R\$ 5.261.

Em 2016 a Companhia distribuiu R\$ 32.000 referente a dividendos aos sócios conforme sua participação na companhia correspondente ao saldo remanescente do ano de 2015. No ano de 2016 não foi distribuído juros sobre capital próprio.

Conforme AGO de 29/04/2016, o saldo do valor dos dividendos será pago conforme a disponibilidade de caixa da companhia, inclusive ultrapassando o exercício de 2016.

Lucro remanescente de 2015	59.324
Distribuição dividendos no ano de 2016	<u>(32.000)</u>
Saldo a distribuir remanescente de 2015	<b>27.324</b>
Lucro líquido de 2016	34.312
<b>Saldo reserva de lucros em 2016</b>	<b><u>61.636</u></b>

## DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 10. LUCRO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41, Resultado por ação, a tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
	(Em milhares, exceto ações)	(Em milhares, exceto ações)
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido disponível para acionistas	34.312	113.506
<b>Denominador</b>		
Ações em circulação	<u>666.000.000</u>	<u>666.000.000</u>
<b>Lucro por ação (em R\$) – Básico e diluído</b>	<u>0,052</u>	<u>0,170</u>

#### 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

##### (a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- **aplicações financeiras** - estão reconhecidas pelo seu valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras e estão comentadas e apresentadas na Nota 03;

##### (b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

**Risco de taxas de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas

## DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

fixas e variáveis (como o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

**Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Administração prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo para pagamentos de dividendos. Em 2015 todas as modalidades de financiamento foram liquidadas devido ao término do contrato.

## 12. PROVISÃO PARA PASSIVOS REGULATÓRIOS E CÍVEIS

### (a) Causas Prováveis

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a passivos regulatórios e cíveis:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo cível	591	497
	<u>591</u>	<u>497</u>

A Companhia mantém em seu passivo não circulante o montante de R\$ 591 de contingências referente a processos cíveis de risco provável.

### (b) Causas Possíveis

A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 5,6 milhões. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

## 13. PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

As concessionárias de geração de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo o percentual de 1,0% de sua Receita operacional líquida – ROL, com Programas de pesquisa e desenvolvimento conforme Lei Nº. 9.991, de 24 de julho de 2000, alterada pela Lei Nº 11.465, de 28 de março de 2007. Os recursos de P&D são aplicados da seguinte forma: - 40% em projetos de pesquisa e desenvolvimento; - 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Científico (FNDCT) e – 20% para o Ministério de Minas e Energia. Os valores são provisionados pelo regime de competência, bem como a atualização financeira destes gastos pela SELIC.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pesquisa e desenvolvimento	3.390	2.798
	<u>3.390</u>	<u>2.798</u>

#### 14. RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida para o exercício possui a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta - fornecimento energia elétrica	73.596	72.746
Impostos e contribuições sobre a receita	(2.686)	(5.666)
Programa de pesquisa e desenvolvimento	(702)	(664)
Receita líquida	<u>70.208</u>	<u>66.416</u>

#### 15. DESPESAS POR NATUREZA

Segue detalhamento das despesas por natureza, apresentadas na demonstração de resultado:

<b>Custo de operação</b>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Manutenção operacional da usina	4.873	4.374
Compensação financeira	3.985	3.774
Depreciações	4.803	8.234
Uso da rede de transmissão	7.054	6.294
Compra de energia para revenda	-	3.115
Serviços advocatícios	1.204	169
Manutenção usina	10.342	1.519
Outros custos	1.565	1.129
	<u>33.826</u>	<u>28.608</u>

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

<b>Despesas administrativas</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Despesas com pessoal	595	953
Outras despesas	262	229
	<u>857</u>	<u>1.182</u>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Doações/patrocínios incentivados	-	383
ITR – Imposto territorial rural	43	43
Reversão de provisão para passivos regulatórios (Nota 2.o.)	-	(179.067)
Reconhecimento de perda de contas a receber de agentes – CCEE (Nota 2.o.)	-	33.633
Comissões CCEE	(652)	
Despesas/Receitas diversas	-	30
	<u>(609)</u>	<u>(144.978)</u>

## 16. SEGUROS

Companhia mantém contrato de seguro com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Modalidade</u>	<u>Abrangência</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrimônio	Os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos, explosão, inundação, quebra de máquina e outros.	260.050	260.040
Lucro Cessante	Lucro cessante sobre a receita operacional líquida.	73.395	67.925

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**17. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Juros sobre dívida	-	(107)
Outras despesas financeiras	(390)	(365)
Total despesas financeiras	(390)	(472)
Rendimento de aplicação financeira	1.825	5.075
Outras receitas financeiras	18	5
Total receitas financeiras	1.843	5.080
Variação monetária e cambial, líquida	-	(90)
	-	(90)
Resultado financeiro líquido	<u>1.453</u>	<u>4.518</u>

\* \* \*